POLÍTICA

politica@correiodoestado.com.br

PRESIDÊNCIA

"É como um segundo não", diz Rose sobre o nome de Azambuja

Deputada federal quer presidir o partido e o governador deve interferir na eleição

YARIMA MECCHI
CLODOALDO SILVA,
DE BRASÍLIA

GERSON OLIVEIRA/ARQUIVO

FEDERAL. Rose Modesto representa o PSDB-MS na Câmara do DF

A deputada federal Rose Modesto está insatisfeita com a possibilidade de o governador Reinaldo Azambuja assumir a presidência regional do PSDB para evitar uma suposta disputa dela com o atual coordenador do partido, o deputado federal Beto Pereira.

A parlamentar foi enfática ao responder à indagação do **Correio do Estado** sobre esta terceira via para comandar o partido. "Respeito a decisão do partido de lançar o governador para acabar com a disputa. Mas entenderei como um segundo não do PSDB para mim". De acordo com a deputada, na eleição anterior o consenso foi obtido quando ela, preocupada em assegurar que o partido saísse fortalecido, abriu mão da disputa.

Em 2017, quando Beto Pereira assumiu a Executiva Estadual do PSDB, Modesto também tinha interesse, porém, desistiu para que houvesse um consenso e para que o parlamentar presidisse a sigla.

Novamente com o nome à disposição, Rose Modesto enfrenta dificuldades porque seu colega de bancada na Câmara dos Deputados quer permanecer no cargo.

A deputada afirma que manifestou interesse em assumir a presidência da legenda com o apoio de várias lideranças do ninho tucano.

O argumento para pleitear o cargo é de que parte dos tucanos defende a alternância no comando do partido, em busca de renovação.

No início do mês, a deputada afirmou que "são os tucanos que querem uma alternativa para o partido. Boa parte deles quer esse caminho e eu me sinto preparada pela trajetória que construí ao longo de minha militância no partido", enfatizando que o resultado das últimas eleições – quando foi a mais bem votada no Estado, com 120 mil votos – a credencia para a função de presidir o PSDB regional, uma vez que a população sul-mato-grossense demonstrou que ela estaria no caminho para fortalecer o PSDB.

Nesse mesmo período, Beto Pereira colocou o seu nome para concorrer à reeleição, fazendo com que a disputa seja acirrada, já que nos próximos dias começam as eleições nos diretórios municipais.

Para evitar um racha no partido, está sendo cogitado nos bastidores o nome do governador Reinaldo Azambuja para assumir a legenda, porém, em reunião da Comissão Eleitoral do PSDB realizada na noite de terça-feira (12), o presidente da Assomasul, Pedro Caravina, e o deputado estadual Felipe Orro afirmaram que, embora o governador seja um bom nome, o ideal é buscar o consenso entre Beto Pereira e Rose Modesto.

Na Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul, dos cinco tucanos, Rose tem o apoio de declarado de dois – seu colega Marçal Filho e seu irmão, Rinaldo Modesto. O deputado Onevan de Matos não declarou seu apoio, mas informou estar mais simpático à escolha de Rose. Felipe Orro disse que não foi procurado por nenhum dos dois colegas, e o presidente da ALMS, o tucano Paulo Corrêa, ainda não se manifestou sobre o assunto.

"Eu não acho que o governador deve assumir o partido, porque ele tem muitas atribuições, mas, com certeza, ele é o maior líder e terá um consenso no nome dele, se ele quiser", destacou Marçal.

Mesmo com as informações de bastidores de que poderia ser o nome tucano para assumir o ninho, Azambuja disse, por meio da sua assessoria, que deve haver um consenso.

"O partido precisa seguir unido e criar musculatura suficiente para chegar com boas chances de vitórias às eleições municipais do próximo ano. Não temos preferências", disse o governador Reinaldo Azambuja.

Saiba

Votos

A ex-vice-governadora Rose Modesto foi a deputada federal mais bem votada de Mato Grosso do Sul. No pleito de 2018, ela recebeu 120.901 votos, e o ex-deputado estadual Beto Pereira foi o segundo mais bem votado, com 89.385 votos.

PSL

Deputados afirmam que é cedo para pensar em eleição

Deputados estaduais do PSL e possíveis nomes para a Prefeitura de Campo Grande, Carlos Alberto David, Coronel David, e Renan Contar, Capitão Contar, estão mais alinhados com relação à disputa pelo Executivo Municipal. Questionados sobre quem deve ser o representante da sigla para concorrer ao pleito, ambos afirmaram que ainda está cedo para a escolha.

Para colegas de bancada na Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul (ALMS), o clima não estava muito bom entre os parlamentares.

David, que tem um desentendimento com a senadora e presidente provisória do PSL em Mato Grosso do Sul, Soraya Thronicke, chegou a dizer que deixaria a sigla, caso não tivesse um tratamento melhor.

Contar é o preferido pela atual presidente para disputar as eleições municipais em 2020. Ela chegou a manifestar em suas redes sociais o apoio ao nome do deputado de primeiro mandato com a frase "Capitão Contar, o nome que Campo Grande quer e precisa".

Na semana passada, questionado pelo **Correio do Estado** sobre como está sua situação com o colega, David informou que já conversou com Contar e ambos entendem que ainda é cedo para a escolha de um nome para disputar o comando de Campo Grande.

"A gente tem a mesma opinião, que não é o momento de ninguém ficar dizendo que é candidato. Eu estou focado no meu mandato", destacou.

Contar já havia declarado que no momento sua intenção é continuar com o mandato para o qual foi eleito. **(YM)**

LUCIANA NASSAR/ALMS

BANCADA. Deputado Coronel David é colega de Contar na ALMS

TRANSPARÊNCIA

PT cobra prestações de contas de diretórios municipais

YARIMA MECCHI
IZABELA JORNADA

Buscando se organizar para as eleições municipais de 2020, o Partido dos Trabalhadores (PT) tem cobrado prestação de contas dos diretórios municipais. Em reunião no fim de semana, a cúpula da sigla colocou em discussão o "chamamento" para que os mais de 50 diretórios apresentem suas prestações de contas.

Os líderes estão preocupados com o prazo da Justiça Eleitoral, que vence em abril.

De acordo com o presidente regional do partido e ex-governador de Mato Grosso do Sul, Zeca do PT, mais da metade dos 50 diretórios municipais estão em falta quanto à prestação de contas e, se não apresentarem a tempo, não poderão concorrer às eleições para prefeito e vereadores em 2020.

"Primeiro ano em que todos os partidos têm de montar chapa, porque não pode coligação na proporcional. Tem de estar com conta prestada e não participa com diretório comandando por diretoria provisória. Temos de arrumar tudo isso", disse.

O presidente do PT destacou a decisão do Tribunal Superior Eleitoral que determina a porcentagem necessária para a candidatura de mulheres seja cumprida.

"E não vamos encher linguiça, temos de ter 15 mulheres candidatas". De acordo com Zeca, eles vão analisar quem das filiadas tem feito trabalho de relevância na sociedade e pode ser candidata.

Outro assunto que foi debatido na reunião é a possibilidade de a sigla lançar um candidato para concorrer à Prefeitura Municipal de Campo Grande. Em 2016, a agremiação escolheu o então vereador Alex do PT, mas Marcos Trad (PSD) foi o escolhido pela maioria.

"Há nomes fortes em Mato Grosso do Sul. Para 2020, temos os deputados Pedro Kemp e Cabo Almi para concorrer com o Marquinhos".

Questionado se deve concorrer ao Executivo Municipal, Kemp disse que se sente lisonjeado por ter o seu nome citado. Já o seu colega de bancada Cabo Almi disse que é muito cedo para pensar nisso.

"Temos de organizar o partido logo, para que a sigla continue sendo alternativa para a população", destacou Almi.

RECURSO

Supremo tem decisão favorável à Assembleia

LUANA RODRIGUES

GERSON OLIVEIRA/ARQUIVO

ENERGISA. Quem não pagar conta de luz pode ter nome negativado

Decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) reafirmou que a Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul (ALMS) tem competência concorrente com a União para legislar sobre direito do consumidor.

Conforme a decisão da Corte, é improcedente Ação Direta de Inconstitucionalidade proposta pela Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica (Abradee) contra a ALMS e o governador do Estado, Reinaldo Azambuja (PSDB). A ação questionava a Lei Estadual nº 4.054, de 2011, que dispõe sobre o prazo para registro de consumidor inadimplente nos serviços de proteção ao crédito de MS. De acordo com a Lei nº 4.054, "o registro de consumidor inadimplente nos serviços de proteção ao crédito somente poderá ocorrer decorridos 45 dias, contados da data de vencimento da dívida inadimplida".

A regra é válida para fornecedores de natureza privada de Mato Grosso do Sul e visa à proteção ao consumidor, visto que ele terá um prazo mínimo para quitar a dívida antes de ter o nome inadimplente.

Para a Abradee, a lei teria violado Constituição do Estado e a Constituição Federal, por ser de competência privativa da União legislar sobre serviços públicos federais de distribuição de energia elétrica.

No entanto, o Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul (TJMS) já havia decidido pela constitucionalidade da lei, ao julgar recurso interposto pela Abradee, e os ministros da Primeira Turma do STF entenderam que a decisão do TJMS não diverge da jurisprudência firmada pela Corte, pois "a Constituição Federal, no tocante à proteção e à defesa do consumidor, estabelece competência concorrente entre a União, os Estados-Membros e o Distrito Federal, 'razão pela qual não há que se falar em afronta aos preceitos constitucionais invocados'", diz o voto da ministra relatora Rosa Weber.

De acordo com o secretário de Assuntos Legislativos e Jurídicos da ALMS, Luiz Henrique Volpe Camargo, a decisão é positiva aos trabalhos da Casa. "A decisão do Supremo estimula os deputados", afirmou.